

➤ **DIVERSOS**

24. RECOMENDAÇÃO DA CDU - PROGRAMA INCLUSIVO DE OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES NOS PERIODOS DE FÉRIAS E PAUSAS LETIVAS.

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, recomendação apresentada pela CDU, que vai em anexo.



À ~ b Eath

22.06.07

Recomendação

Programa inclusivo de ocupação dos tempos livres nos períodos de férias e pausas letivas

Existem, em Braga, diferentes programas de férias e ocupação de tempos livres para crianças e jovens do concelho. No entanto, as actividades programadas não têm respeitado o princípio da igualdade de oportunidades para todos, deixando algumas crianças de fora do acesso a estes programas.

A inclusão das pessoas com deficiência ou em situação de maior vulnerabilidade é uma prioridade que deve ser entendida como basilar na participação e pertença na comunidade em condições de igualdade, contribuindo para uma maior coesão social. Assim, o acesso das pessoas com deficiência ou outra qualquer necessidade específica ao direito à habitação, à educação, à cultura, à mobilidade, ao desporto ou ao lazer deve merecer especial dedicação por parte dos agentes ao nível das políticas públicas.

Nelas inserem-se, de forma muito particular, as respostas das autarquias às necessidades das populações dos seus concelhos, devendo criar soluções para as insuficiências que se façam sentir junto de grupos mais vulneráveis e que exigem respostas especializadas, como o são as crianças e jovens com deficiência ou com necessidades específicas.

Designadamente no que diz respeito às crianças com deficiência, na convenção dos direitos das pessoas com deficiência, no artigo 30.º - sobre a participação na vida cultural, recreação, lazer e desporto - no ponto 5, pode ler-se na alínea d): “assegurar que as crianças com deficiência têm direito, em condições de igualdade com as outras crianças, a participar em actividades lúdicas, recreativas, desportivas e de lazer, incluindo as actividades inseridas no sistema escolar”.

Ora, a inserção e acompanhamento no sistema escolar é, hoje, garantido na escola pública no seguimento da aplicação do DL 54/2018 de 6 de Julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva. No entanto, as crianças e jovens com deficiência e com medidas selectivas e adicionais de apoio à inclusão ficam, durante as pausas lectivas, entregues única e exclusivamente à responsabilidade das suas famílias.

Para além das respostas especializadas de instituições e associações de deficiência - que, normalmente, atendem às necessidades de cidadãos adultos -, as restantes soluções e programas existentes no concelho são, na maioria dos casos, privadas. Acresce que estas não são opções para as crianças e jovens com deficiência ou

necessidades específicas de apoio à inclusão, por não serem aceites as suas inscrições. Urge, portanto, garantir com urgência uma resposta pública que promova a inclusão e acabe com esta discriminação, criando um programa municipal para todas as crianças do concelho, com a alocação dos devidos meios humanos para melhor enquadrar e acompanhar estas crianças e jovens.

São vários os exemplos de municípios que apostaram em respostas inclusivas, em diferentes moldes, como a Câmara Municipal de Guimarães, com um projecto piloto de um programa de ocupação para pausas lectivas para alunos com perturbações do espectro do autismo, em parceria com três escolas e a ser alargado agora às restantes; a Câmara Municipal de Ponte de Lima, com um Programa de Férias para a Inclusão; a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, com o programa GAI!Aprende+i (inclusão), um programa educativo municipal, articulado com agrupamentos de escolas e entidades da deficiência, para as pausas lectivas do Natal, da Páscoa e das férias escolares; a Câmara Municipal do Porto, com o programa Férias@Porto, em articulação da empresa municipal Ágora com a Associação do Desporto Adaptado do Porto (ADADA) para acompanhamento de crianças e jovens com necessidades específicas de apoio à inclusão; ou a Câmara Municipal de Barcelos, que financia actividades para crianças com perturbação do espectro do autismo desenvolvidas pelo Agrupamento de Escolas Vale do Tâmega e co-financia actividades de instituições ligadas à deficiência.

A CDU vem, por isso, recomendar que a Câmara Municipal de Braga:

- 1) Assuma a sua responsabilidade enquanto promotora da inclusão e crie uma resposta supletiva que garanta o acesso a todas as crianças e jovens do concelho a um programa inclusivo de ocupação das férias grandes e pausas lectivas, com o devido reforço de recursos humanos capazes de acompanhar a participação de crianças e jovens com deficiência ou necessidades específicas de apoio à inclusão;
- 2) Desenhe programas inclusivos com actividades diversificadas, transporte e refeições para as crianças e jovens nelas participantes, independentemente das suas características individuais, da sua responsabilidade ou em parceria com agrupamentos de escola e/ou outras entidades;
- 3) Apoie total ou parcialmente, de acordo com os rendimentos das famílias, os custos destas actividades.

Braga, 13 de Junho de 2022

**A Vereadora da CDU
Bárbara Barros**